



VII Simpósio Nacional de História Cultural
**HISTÓRIA CULTURAL: ESCRITAS, CIRCULAÇÃO,
LEITURAS E RECEPÇÕES**

Universidade de São Paulo - USP

São Paulo - SP

10 e 14 de Novembro de 2014

**NARRATIVAS DE UM SERTÃO MODERNO: IMPRENSA E O
DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO NO BRASIL**

Andrey Minin Martin*

A ideia de explorar as potencialidades do interior do país está ligada a uma série de projetos e estudos que, desde a segunda metade do século XIX contribuíram para a gradual mudança daquelas paisagens, bem como do que era conhecido como “os sertões”. Da passagem do telégrafo à ferrovia, das comissões científicas exploratórias aos aproveitamentos energéticos a fronteira oeste do Brasil foi articulada como espaço do desenvolvimento nacional.

São sinuosos caminhos que adentraram o século XX por meio de novos imperativos e instrumentos técnicos e tecnológicos, estabelecidos de acordo com novas necessidades, de outros centros, de outros espaços, agora permeados pela expansão do setor energético. Novos sentidos de modernidade se apresentam nas décadas de 1950 e 1960 no interior do país.

NARRATIVAS DE UM SERTÃO MODERNO

Pensar os caminhos de práticas, técnicas e tecnologias que foram representadas como importantes elementos do desbravar do extremo oeste do país nos levam a pensar

* Doutorando em História pela UNESP, Campus de Assis. E-mail: andrey_mm@hotmail.com.
Orientador: Dr. Eduardo Romero de Oliveira.

como grande parte de nosso território foi historicamente denominado de “sertão”. Corrente terminologia presente em diversos estudos e empregado em diferentes espaços, sua aplicação, como resalta Amado (1995) contribui para pensarmos como esta categoria foi historicamente construída, desde a colonização, e como continua, em cada região do país, de acordo com suas especificidades, a ser empregada para designar o longínquo, distante e despovoado, mas que ao mesmo tempo, torna-se uma categoria carregada de posicionamentos e propriedades, como a ideia de “nação”, apontada pela autora.

Ainda no tanger desta categoria, Moraes (2003) complementa pontuando que não conseguimos pensar o que é o sertão e defini-lo fundamentalmente por suas paisagens ou obras naturais, pois, na maioria das vezes, ele é qualificado a partir da intervenção ou ausência de ações humanas sobre seu espaço. Assim, “o sertão não é um lugar, mas uma condição atribuída a variados e diferenciados lugares”, no qual “a invisibilidade da presença é muitas vezes levantada como um traço característico desses espaços, não raro definidos como ‘vazios demográficos’ ou ‘terras desocupadas’” (p. 2-4).

Esta perspectiva analítica, segundo Arruda (2000) contribui para entendermos como a partir dos desbravamentos territoriais e das empreitas que sempre levavam ao “desconhecido”, foi se construindo imagens civilizadoras baseadas na gradual presença e intervenção do homem na região. Vista como “atrasada”, tendo como modelo a cidade, e todo seu aparato científico e tecnológico, se estabeleceram assim referências aos rincões do país, como regiões marginalizadas e despossuídas destes elementos, frutos da modernização capitalista. Assim, marcos cronológicos e espaciais de transformação deste espaço vão se estabelecendo como representações simbólicas deste território, resultando em memórias e imagens sobre este processo de ocupação do oeste brasileiro, tidas de uma forma progressista e linear.

Povoar para desenvolver. Esta era a proposta governamental que se conduzia para diversificar a concentração populacional e dinamizar as áreas de produção, incentivando a expansão da ocupação territorial e ao mesmo tempo o crescimento econômico nacional. Para tanto, necessitavam da criação de condições de infraestrutura básica para que novas frentes econômicas surgissem. Neste tocante, a criação de um complexo hidrelétrico seria a base piramidal para que outros setores, inclusive básicos também se desenvolvessem. São práticas que estão intimamente emaranhadas na ideia de que, por meio de técnicas e tecnologias, alcança-se o desenvolvimento material e o progresso para toda a sociedade, instrumentalizando a natureza para estes fins, como um

bem coletivo e socialmente positivo para a sociedade, mas que esconde interesses políticos, sociais de determinados segmentos, para determinados fins. É o “mito do progresso” que apresenta escolhas, discursos e representações parciais da sociedade, que, em muitas ocasiões “funcionam como um manto encobridor de uma ferida aberta e infeccionada” (ALMEIDA, 2001, p. 171).

E a partir de aparatos científico-tecnológicos que se articulam e se processam as primeiras iniciativas, públicas e privadas, de organização de um setor energético no Brasil. Em fins do século XIX iniciam os experimentos para o uso da energia elétrica no Brasil, ocorrendo em 1883 o funcionamento de bondes e a extração de diamantes no Rio Jequitinhonha por meio da força hidrelétrica. Neste período, muitas são as iniciativas que processam o desenvolvimento particular para geração de energia, tais como a Companhia de Força e Luz Porto-Alegrense (Cia. Força e Luz), a Sociedade Fiat Lux de 1887, Companhia Força e Luz de Minas Gerais, em 1898, a Companhia Ituana de Força e Luz em 1903, a Companhia Força e Luz Norte de São Paulo em 1911, dentre outras¹. É neste período que projetos para geração de energia são produzidos, tais como as usinas de Parnaíba (1901) e Paulo Souza (1912) em São Paulo, Marmelo-0 (1889) em Juiz de Fora, Usina Hidrelétrica Maurício (1908) em Leopoldina, Minas Gerais, Corumbataí (1900) em Rio Claro-SP e a usina de Itupararanga (1912) em Sorocaba.

Observa-se neste contexto que o modelo de sociedade urbano-industrial engendrada em espaços como Europa e América do Norte gradualmente encontraram seus correlatos no Brasil, difundindo em regiões como São Paulo e Rio de Janeiro a presença de catalisadores deste processo, como a energia elétrica. Esta desempenhou papel central como elemento de modernização estrutural destas regiões, alterando as percepções de trabalho, comunicação e lazer. Tais experiências conduziram esta região para o centro da produção energética e conseqüentemente alicerçando como espaços do desenvolvimento econômico. Ocorre assim nas primeiras décadas do século XX a implantação de parques energéticos conduzidos pelo capital internacional de empresas como a Light e Amforp que estabeleceriam durante este período a centralidade nos caminhos da produção energética. Enquanto isto, em outras regiões como o extremo

¹ Além dos projetos destacados, muitos outros foram desenvolvidos neste período, como a iluminação do Campo da Aclamação, atual Praça da República, no Rio de Janeiro, em 1881, pela Diretoria Geral dos Telégrafos, as iniciativas de Bernardo Mascarenhas no polo industrial em Juiz de Fora, Minas Gerais, assim como a Hidroelétrica Marmelos e Corumbataí, em Rio Claro. Para mais, ver: CABRAL, Ligia M. M. et al, 1988.

Oeste do país, hoje região dos atuais Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul possuíam ainda na virada do século XIX para o XX um precário sistema de iluminação, que se restringia a algumas localidades, como o Jardim Alencastro, em Cuiabá e o Colégio Salesiano São Gonçalo, na mesma cidade, com luminárias a querosene e posteriormente a gás. Da mesma forma, cidades como Três Lagoas e Campo Grande, na porção sul do antigo Mato Grosso, contavam com precário sistema de iluminação, sendo Corumbá a única cidade que, em 1912 contava com a luz elétrica, fazendo-se comparar, por esta e outras inovações, com a capital do Estado, Cuiabá (SOUZA, 2008).

Na visão de pesquisadores como Seger (2012) ao analisarmos a produção e o desenvolvimento da organização energética nacional, mesmo que gestada em fins do século XIX, nem sempre este setor foi visto como um “projeto de desenvolvimento nacional”, como ocorreria principalmente a partir da década de 1950, mas sim tido como uma iniciativa de empresários e grupos privados, principalmente ligados à Europa e América do Norte que, como ocorreu em outros setores, influenciaram e estabeleceram a América Latina como “zona de expansão” econômica e de influência política, fato comum em várias áreas ao longo do século XX. As poucas intervenções que iriam ocorrer neste contexto se remetem aos encaminhamentos do “Código das Águas”, de 1934, em que Vargas estabelecia sob o governo federal o aproveitamento dos cursos fluviais e quedas d’águas.

Assim, o crescente potencial econômico de Estados como São Paulo levava ao desenvolvimento de setores econômicos ligados ao ramo energético, que porventura exerceram força e desenvolvimento para diversos outros setores industriais, como de transporte e comunicação. Isto marcaria a primeira metade do século XX, até que os tentáculos da energia precisassem de mais produção, o que levariam a visualizar as potencialidades de regiões no interior do país.

O COMPLEXO HIDRELÉTRICO URUBUPUNGÁ

O denominado Complexo Hidrelétrico Urubupungá corresponde ao conjunto de hidrelétricas situadas no Rio Paraná, na fronteira entre os Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul. Destaca-se em seu complexo a Usina Engenheiro Souza Dias, conhecida como “Jupiá”, localizada entre as cidades de Três Lagoas/MS e Castilho/SP e a Usina Ilha Solteira, junto à cidade homônima, no Estado de São Paulo. Estão localizadas na

denominada Bacia do Paraná, ampla região que perpassa os Estados de Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraná e Santa Catarina, tendo como afluente principal o rio Paraná, sendo considerada a segunda maior bacia de aproveitamento hidrelétrico do país. Este complexo hidrelétrico teve sua construção iniciada em 1961, com a hidrelétrica de Jupia, tendo os primeiros grupos de geradores acionados em abril de 1969. A segunda etapa da construção, com a hidrelétrica de Ilha Solteira teve início em 1965 sendo oficialmente inaugurada em janeiro de 1974, tendo sua capacidade aumentada para vinte turbinas até 1978, totalizando uma produção de quase 5.0000 MW (CABRAL, 1998).

Portadora de grande potencial, a chamada Bacia do Paraná corresponde a ampla região que perpassa os Estados de Minas Gerais, Goiás, de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná, tendo como afluente principal o rio Paraná, formado pela junção dos rios Paranaíba e Grande, sendo considerada a segunda maior bacia de aproveitamento hidrelétrico do país². Tais ações para este desenvolvimento energético remontam a um contexto em que novas experiências de planejamento regional surgiam no país, visando realizar o aproveitamento “integral” das potencialidades de bacias hidrográficas, como a que se encontrava o rio Paraná e as corredeiras de Jupia e Urubupungá. Neste caso, o Complexo Hidrelétrico Urubupungá nasceu a partir do conjunto de reuniões ocorridas nas décadas de 1950 e 1960 entre os governadores dos estados desta Bacia, que em 1951 criaram a Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai (CIBPU), núcleo gerador do projeto de Urubupungá e de todo um aparato de intervenções desenvolvimentistas para a região centro-sul do país.

Ocorre que ao longo da criação desta comissão a centralidade na/para produção energética torna-se cada vez mais, tendo a região Sudeste como principal ponto de condução e necessidade de produção. Assim, visando realizar o aproveitamento hidrelétrico neste espaço, qual seja nas corredeiras de Urubupungá e no jupia existente, foi organizada uma comissão encabeçada pelo Estado de São Paulo, as Centrais Elétricas de Urubupungá, denominada CELUSA S/A, que, como ressalta Rech (2010) confunde-se com a própria história do Complexo de Urubupungá. Criada em 03 de Janeiro de 1961, durante o governo paulista de Carvalho Pinto, a criação desta entidade representou a expansão do setor de indústrias pesadas neste ramo, como também evidenciou o Estado

² Além dos destacados, o rio Paraná recebe afluentes de rios como o Sucuriú, o rio Pardo, Verde Amabaí, Tietê e Paranapanema, dentre seus principais, o que lhe confere seu grande volume.

de São Paulo encabeçando a frente do empreendimento, de forma a condicionar grande parte das ações e investimento a sua tutela³. Parte dos investimentos originaram-se de acordos financeiros e empréstimos junto ao BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento, cerca de 13 milhões de dólares e GIE, Gruppo Industrie Elettro Meccaniche Per Impianti All Estero SpA de Milão, com 59 milhões de dólares, dentre outros fundos realizados.

E tais atividades foram acompanhadas pelo periodismo nacional e regional como se nos anos 50, estivéssemos assistindo ao nascimento de uma nova civilização nos trópicos, que combinava a incorporação das conquistas materiais do capitalismo com a persistência dos traços de caráter que nos singularizavam como povo, dos vários ritmos de transformação que estavam perpassando o país. Analisando uma gama de periódicos que acompanharam as trajetórias do desenvolvimento percebermos como a mídia impressa articulou este empreendimento como uma possibilidade presente e futura de crescimento populacional e econômico para uma grande extensão do país, tornando-se um canal de expressão e propaganda, uma continuidade dos projetos desenvolvimentistas ali alicerçados.

Os periódicos naquele momento anunciavam a integração da região por meio daquele novo empreendimento, de forma a gerir ganhos para todas as partes envolvidas, por meio da concretização de novas vias de transporte, produção energética e integração econômica nacional. Ao mesmo tempo, esta leitura de desenvolvimento também está ligada a um sentido de dominação e apropriação de um potencial que ainda estava esquecido, pois a sua construção, como dito, contribuiria para integração do país por meio de novas vias que seriam a “solução única para os enormes problemas de colonização do Oeste brasileiro”, como pontuado pelo jornal *O Estado de São Paulo*⁴, um sentido que, por vezes, atrelava interesses, posicionamentos e disputas entre os sujeitos emaranhados em tal projeto.

Estamos falando de um contexto onde o periodismo nacional tem ampliada sua circulação, contando com a modernização de sua produção, no qual os “leads” e uma cobertura de caráter empresarial irá superar gradualmente a construção de um jornalismo

³ O governo de SP detinha cerca de 98% das ações da companhia e os outros 2% ficavam nas mãos dos estados de Mato Grosso, Paraná, Goiás, Minas Gerais e Santa Catarina.

⁴ *OESP*, 30 maio 1958, p. 14. Nesta matéria fica evidente como o conjunto hidrelétrico encontra-se articulado com outras necessidades governamentais.

“literário”. O aumento pela disputa do mercado iria se intensificar com a entrada de novos periódicos, principalmente americanos, dos mais variados tipos, estruturados no fotojornalismo realçado no crescente número de propagandas, que não iriam deixar o complexo Urubupungá de fora. Por meio de imagens, apresenta-se o novo momento pela qual passa o país, as transformações nas paisagens, urbanas e rurais, a industrialização, da mesma forma que é utilizado para cobertura de eventos políticos, manifestações culturais e pesada divulgação de produtos de consumo coletivo.

Observa-se assim que a imprensa de circulação nacional, por meio de periódicos como o Jornal *O Estado de São Paulo* e a *Revista Visão*⁵, apresentava densa publicação de matérias dirigidas ao estabelecimento do projeto hidrelétrico e seus eventuais ganhos futuros. Somadas a estes, destacam-se as publicações de periódicos do atual Estado de Mato Grosso do Sul, como *Correio do Estado*⁶ e a revista *Brasil-Oeste*, que juntos articulam uma teia de significações e ações modernizadoras para o país. Constrói-se, dentre outros fatores, o interesse paulista em assegurar que o empreendimento logo se concretizasse, para evitar o déficit energético no Estado, questão que era prevista para os próximos anos, por problemas que já vinham ocorrendo na década de 1950.

Na ótica paulista, a consolidação do projeto representava “uma condição imediata para o funcionamento do mecanismo econômico nacional” e “deve ser considerado como essencial ao desenvolvimento de um país e de cada uma de suas partes”⁷. Um sentido que, por vezes, estava atrelado principalmente a seus interesses na região, pois “a hidrelétrica dava aos paulistas a oportunidade de criar o império econômico, após no bandeirantismo, ter criado o império político”⁸, como destacou o vice-presidente João Goulart.

Ao longo das matérias, também pode se observar que o pesado investimento o qual era anunciado pela imprensa buscava legitimar uma nova imagem para o Sul de Mato Grosso, como região atrativa para novos investimentos, centros industriais, calcados

⁵ *Revista Visão*. Organizada e impressa em São Paulo, pela Companhia Lithográfica Ypiranga, dirigida por Hernane Tavares de Sá. Destacamos este periódico por ser uma revista de circulação nacional que na década de 1960 dedicou várias matérias em suas edições a acontecimentos sobre a região pesquisada e principalmente sobre a construção do complexo hidrelétrico de Urubupungá.

⁶ Periódico de circulação semanal, sediado em Campo Grande, atual capital de Mato Grosso do Sul, iniciou suas atividades em Fevereiro de 1954 e ainda continua em circulação.

⁷ *OESP*. 30 de Maio de 1958.

⁸ *OESP*. 22 de Junho de 1957, p. 10.

principalmente em atrair capital estrangeiro, assegurando que o empresário “difícilmente encontrará no mundo de hoje onde comprar terras tão vastas, a preço tão acessíveis, sem o risco de conflitos políticos com o povo da região ou de problemas raciais”⁹.

Assim, para além da produção energética, o ideal construído a partir deste empreendimento projetava toda uma estrutura que buscasse transformar aquela imagem que, tanto o extremo oeste do Estado de São Paulo quanto o de Mato Grosso possuíam, de um “sertão a ser explorado”. Segundo documentação da CESP, desenvolvia-se o aproveitamento dos recursos naturais do rio Paraná, “dentro de um plano harmonioso, cuja finalidade era mais a de promover o bem estar econômico da região, do que sua própria exploração energética”¹⁰. Porém, não deixam de destacar a magnificência da obra e suas perspectivas de ganho para o Estado de São Paulo, ao ressaltar o empenho e vocação que este estado desempenha para a nação, visto que “essa é a razão porque os governos de São Paulo e da União, emprestam tanta importância a grande obra (...) por isso, pode concluir-se que Urubupungá projeta e inicia a Revolução Brasileira, abrindo novas perspectivas para o país”¹¹, de forma a fazer da mesma mais um dos projetos faraônicos empreendidos durante o regime militar.

Atravessaram o rio, articularam a ideia de progresso e criaram o núcleo habitacional Vila Piloto, construído em terras Sul-Mato-Grossenses em 1960 para abrigar os trabalhadores da hidrelétrica. Pelos impressos, não mediram esforços para a realização do Complexo Urubupungá, pois “o desenvolvimento do extremo oeste de São Paulo não se deteve em consequência da distancia em que se acha da capital paulistana. A barreira política não serviu de empecilho à expansão do progresso paulista”, e da mesma forma, para além da “barreira geográfica, o rio Paraná, pouco afetou a marcha dos homens de São Paulo. Do outro lado da fronteira a economia paulista continuou a atuar, passando por assim dizer a ocupar toda a faixa leste e sul do Estado de Mato Grosso”¹².

⁹ Revista Visão. 23 de Outubro de 1959, p. 53-54. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

¹⁰ Cartilha CESP. Urubupungá: um pouco de sua história, 1968, p. 02. Núcleo de Documentação Histórica-UFMS, campus de Três Lagoas-MS.

¹¹ Idem, p. 12.

¹² OESP. 22 de Julho de 1960, p. 13.



Foto II – Núcleo Vila Piloto, às margens do complexo Hidrelétrico Urubupungá. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Ao longo de todo andamento das obras evidenciam-se as possibilidades trazidas com a empreita, de Mato Grosso à São Paulo, pelas notícias reportadas ou pela fala dos agentes envoltos no ideal desenvolvimentista, como na fala do governador de São Paulo Carvalho Pinto:

“São Paulo senhores governadores, sente-se fiel ao seu espírito de brasilidade, particularmente feliz em concorrer para essa notável realização. Na verdade, Urubupungá não pode ser vista como simples obra regional [...] esse poderoso sistema fará sentir sua influência, encerrado, como peça fundamental do desenvolvimento econômico, o ciclo de empobrecimento de vastas regiões, inclusive de ampla parcela do Centro-Oeste, que constitui o novo eixo do desenvolvimento nacional”¹³.

Os periódicos configuram-se assim como instrumentos difusores de práticas e interesses que, envoltos em espaços de disputas, criam determinadas visões de dominação e mesmo “benefícios” a partir de um núcleo centralizador. Tendo como exemplo o periodismo paulista, observa-se como ele engendra os acontecimentos a partir de seus interesses, articulando a este estado sua imagem como um “centro motor”, segundo o qual “o crescimento de São Paulo reverteria em crescimento do Brasil e a prosperidade de São Paulo em prosperidade para o conjunto da nação” (CAPELATO e PRADO, 1980, p. 88).

¹³ OESP – 04 de janeiro de 1961, artigo de capa.

Sua visão de desenvolvimento e progresso é pensada de forma que a “evolução econômica de um país se vai fazendo por etapas, que, vencidas sucessivamente, permitem atingir o estágio de “desenvolvimento” dos países capitalistas mais avançados” (p. 85).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Marco da modernização e integração territorial da nação: foi assim que este projeto foi divulgado e apreendido pelos jornais e demais fontes, engendrados em discursos e concepções de engenheiros, políticos e militares, mesmo ainda sendo percebido, para grande parte da população como elementos estranhos ao seu espaço. Como vimos, à suas ações atribuíam-se o mapeamento e levantamento geográfico de regiões desconhecidas, assim como empreendimento demarcador de fronteiras e projeto de desenvolvimento nacional.

Muitas outras questões se abrem para a continuidade desta temática e, em um tempo onde não existia EIA/RIMA, pouco se percebeu ações organizacionais para conter os impactos, mas que também contaram com projetos posteriormente realizados pela CESP, como a piscicultura e principalmente a realização de reassentamentos, tais como o Reassentamento Jupuíá, próximo a barragem, Cinturão Verde, próximo a Ilha Solteira e o Piaba próximo a Três Lagoas. O fato que é grande parte dos pequenos produtores não possuíam escrituras de suas terras, atingindo assim esta indenização, naquele contexto, somente a parte dos atingidos.

Seu empreendimento representou uma das, se não a primeira experiência organizacional que criou junto à obra um núcleo habitacional, apreendido para além de seu tempo como marco da engenharia nacional, o que faz justificar sua constante presença em outros momentos de “surtos” de progresso naquela região. Em seu desdobramento, ao longo das décadas de 1970, 80 e 90 percebem-se as lacunas projetadas pelas propagandas e objetivações engendradas em seu momento de estabelecimento, marcado por “picos” de crescimento temporário, mas que nem sempre resultaram no efeito desejado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Jozimar Paes de. A instrumentalização da natureza pela ciência. In: *Projeto História*. Nº 23. São Paulo: Educ, 2001.

AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, Vol. 08, nº 15, 1995.

ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões: Entre a história e a memória*. Bauru: Edusc, 2000.

CABRAL, Lígia M. M. et al. *Panorama do setor de energia elétrica no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade, 1988.

CAPELATO, Maria Helena, PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino*. Imprensa e ideologia: o jornal O Estado de São Paulo. São Paulo: Editora Alfa-ômega, 1980.

MELLO, Flavio M. (Coord.) *A história das barragens no Brasil: Séculos XIX, XX e XXI*. cinquenta anos do Comitê Brasileiro de Barragens. Rio de Janeiro: CBDB, 2011.

MORAES, Antonio Carlos R. O sertão: um outro geográfico. *Terra Brasilis*. Vol. 04, nº 03, 2003.

SEGER, Sônia. Marcos constitutivos do setor elétrico brasileiro. In: MAGALHÃES, Gildo (Org). *História e Energia: Memória, informação e sociedade*. São Paulo: Alameda, 2012.

SOUZA, João Carlos de. *Sertão Cosmopolita: tensões da modernidade de Corumbá (1872-1918)*. São Paulo: Alameda, 2008.

